

**CREDENCIAMENTO N.º 002/2025**

**INEXIGIBILIDADE Nº 003/2025**

**PROCESSO Nº 010/2025**

**OBJETO:** Credenciamento de empresas para o fornecimento de medicamentos para atender à demanda do Município de Tarumã, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

**PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL:** 1 ano (a partir da data de publicação)

**SITE PARA CONSULTAS:** <https://app2.licitardigital.com.br> e [www.taruma.sp.gov.br](http://www.taruma.sp.gov.br)

**TELEFONE PARA CONTATO:** (18) 3373-4700 – Ramal: 9549 / 9538

**E-MAIL:** [licitacao2@taruma.sp.gov.br](mailto:licitacao2@taruma.sp.gov.br)



## DO PREÂMBULO

A Secretaria Municipal de Saúde torna público que se encontram abertas as inscrições para o credenciamento de pessoas jurídicas, a serem efetuadas em plataforma digital, visando à eventual aquisição de medicamentos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 3.001/2023 e do Decreto Municipal nº 3.212/2025, Lei Complementar nº. 123/2006 e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é credenciamento de empresas para o fornecimento de medicamentos para atender à demanda do Município de Tarumã, nas condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 79, Inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021 (contratação em mercados fluidos), regulamentado pelo Decreto Municipal nº. 3.212/2025.

1.2.1. O credenciamento não obriga a Administração Pública a contratar.

## 2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, enquanto este permanecer em vigor.

2.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser apresentados, exclusivamente, de maneira eletrônica, na plataforma do credenciamento.

2.3. O Agente de Contratação responderá à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento dos documentos.

2.4. As respostas à impugnação e ao pedido de esclarecimento serão divulgadas na plataforma da Licitar Digital.

2.5. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação nos autos do processo de credenciamento.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar deste credenciamento os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e anexos.

3.2. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em



seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. **Não poderão participar do credenciamento os interessados que se enquadrem em quaisquer das condições a seguir:**

3.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. estejam constituídos sob a forma de consórcio, conforme justificativa para a vedação no Termo de Referência;

3.4.3. estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município de Tarumã, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021;

3.4.4. declarados impedidos de licitar e contratar com Entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Tarumã;

3.4.5. declarados impedidos de licitar e contratar com o Poder Legislativo do Município de Tarumã;

3.4.6. declarados inidôneos para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;

3.4.7. com falência decretada ou que se encontrem em concurso de credores, dissolução ou liquidação;

3.4.8. estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;

3.4.9. enquadrados nas vedações previstas nos §§ 1º e 2º do art. 9 e no art. 14, ambos da Lei nº 14.133/2021;

3.4.10. cujo objeto social seja incompatível com o objeto deste credenciamento;



- 3.4.11. sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 3.4.12. empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- 3.4.13. demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.
- 3.5. A observância das vedações do subitem 4.4 é de inteira responsabilidade do participante deste credenciamento que, em caso de descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis;
- 3.6. O Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das vedações elencadas acima mediante consulta aos meios legais disponíveis.

#### 4. DO CADASTRAMENTO DO INTERESSADO NA PLATAFORMA ELETRÔNICA

- 4.1. Para a participar do credenciamento, os interessados deverão primeiramente se inscrever na plataforma eletrônica no endereço: <https://licitar.digital/>, dentro da opção: Cadastrar - Fornecedor.
- 4.2. Obtidos login e senha, será liberado o acesso à área logada após análise e conferência dos dados cadastrais, por parte da Licitar Digital. O participante deverá, após localizar o edital, solicitar a participação no credenciamento, informar os itens aos quais pretende se credenciar e enviar a documentação necessária.
- 4.3. Para dúvidas quanto ao cadastro na plataforma deverão ser sanadas diretamente com a Licitar Digital, empresa responsável pela plataforma digital:  
Via e-mail: [contato@licitardigital.com.br](mailto:contato@licitardigital.com.br) Telefone: (31)3191-0707  
Whatsapp: (31)3191-0707 Ou chat interno do software.

## 5. DA HABILITAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

- 5.1. Para habilitação no processo de credenciamento, deverão ser anexados à PLATAFORMA ELETRÔNICA os seguintes documentos em formato PDF:
- 5.1.1. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para, uma vez credenciado, fornecer os materiais conforme a(s) Ordem(ns) de Fornecimento, conforme descrições constantes do Estudo Técnico Preliminar.
- 5.1.1.1. Para Habilitação Jurídica:**
- 5.1.1.1.1. Habilitação jurídica**
- 5.1.1.1.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 5.1.1.1.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da



Junta Comercial da respectiva sede;

5.1.1.1.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

5.1.1.1.1.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.1.1.1.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

5.1.1.1.1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.1.1.1.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

5.1.1.1.1.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

5.1.1.1.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **5.1.1.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

5.1.1.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

5.1.1.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

5.1.1.1.2.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.1.1.1.2.4. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;



5.1.1.1.2.4.1. Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);

5.1.1.1.2.5. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

5.1.1.1.2.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

5.1.1.1.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.1.1.1.3. **Alvará de funcionamento**, expedido pela **Vigilância Sanitária Municipal**, em vigor, ou **Licença**, expedida pela **Vigilância Sanitária Estadual**, em vigor, em nome da licitante.

5.1.2. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.1.3. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

5.1.4. Marcar, em campo próprio da PLATAFORMA ELETRÔNICA, as seguintes declarações obrigatórias:

i. Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

ii. Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

iii. Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

iv. Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

v. Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as





exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

vi. Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

vii. Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

viii. Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.1.5. Não será credenciado o interessado que deixar de apresentar quaisquer dos documentos acima, ou apresentá-los em desacordo com o presente Edital de Credenciamento, resguardada a hipótese do participante que se declarar microempresa e a empresa de pequeno porte, que terá as regularidades fiscal e trabalhista exigidas para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento (Lei Complementar nº. 123/2006).

5.1.6. **Por se tratar de um credenciamento aberto, e, assim sem distribuição de quantitativo, deverá o fornecedor no campo quantitativo deixar como zero.**

5.1.7. A qualquer tempo as empresas poderão se credenciar apresentando a documentação relacionada neste item, considerando que se trata de credenciamento permanente e estarão aptos a atenderem pedidos de compras tão logo tenham a documentação avaliada pelo Agente de Contratação com a consequente disponibilização do credenciamento na plataforma de *MarketPlace*.

5.1.8. Os critérios de distribuição de demanda para o presente procedimento encontram-se descritos no ETP.

5.1.9. A CREDENCIADA deverá cumprir rigorosamente as condições do presente documento, do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, bem como as normas legais e infralegais aplicáveis a sua linha de fornecimento enquanto permanecer credenciado.

5.1.10. A CREDENCIADA que não mais tiver interesse em permanecer habilitada neste processo, deverá solicitar formalmente o seu desc credenciamento, ocasião em que seu credenciamento será excluído da plataforma.

5.1.11. Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas na Plataforma eletrônica que operará o credenciamento e as constantes do Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

## 6. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO:

6.1. A análise dos documentos apresentados para a habilitação no credenciamento será realizada pelo Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Tarumã.



6.2. O interessado que atender a todos os requisitos previstos neste instrumento será habilitado e credenciado órgão ou entidade contratante, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.

## 7. DOS RECURSOS

7.1. Em caso de indeferimento da solicitação de credenciamento, caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação da decisão de indeferimento na plataforma Licitar Digital.

7.2. O recurso deverá ser interposto perante a autoridade que prolatou a decisão, sendo-lhe facultado retratar-se no prazo de 03 (três) dias úteis, caso em que poderá pedir a complementação da documentação ou esclarecimentos sob pena de novo indeferimento.

7.3. Se a decisão recorrida for mantida, o recurso será encaminhado para julgamento da autoridade superior responsável pelo certame ou ao qual a gestão do contrato esteja vinculada ou ocupante de cargo equivalente.

7.4. Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico através de campo próprio da plataforma.

7.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.6. O recurso não terá efeito suspensivo.

## 8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação do fornecimento dos materiais **durante o período de vigência do presente credenciamento será realizada da seguinte forma, sem prejuízo da observância das informações contidas no TR e ETP:**

8.1.1. A credenciada poderá participar de todos os pedidos de compras disponibilizado na plataforma, advir deste edital, ocasião em que receberá um e-mail automático gerado pela plataforma, informando o(s) item(ns), quantitativo(s), local e prazo de entrega relativos a cada pedido;

8.1.2. A partir da abertura da sala do pedido, a credenciada terá 24 (vinte e quatro) horas para registrar na plataforma o melhor preço para cada um dos itens, sendo possível registrar tal informação uma única vez;

8.1.2.1. Caso ocorra de duas ou mais credenciadas ofertarem o mesmo valor, será aplicado critério de desempate, conforme incisos II em diante do art. 60 da Lei 14.133/2021.

8.1.2.2. Caso a situação de empate persista, será realizado sorteio pelo próprio sistema.





8.1.2.3. Será contratada a proposta mais vantajosa, considerando não apenas o menor preço, mas também as condições essenciais para a execução adequada.

8.1.3. A credenciada detentora de melhor oferta e habilitada receberá a Ordem de Fornecimento, documento no qual conterá o(s) item(ns), quantitativo(s), valor(es) unitário(s) e total, local e prazo de entrega e dotação orçamentária à conta da qual correrá a despesa.

8.1.4. O instrumento de contrato será substituído por Nota de Empenho da Despesa ou instrumento equivalente, uma vez que as empresas credenciadas fornecerão medicamentos, itens de entrega imediata e integral sem geração de nenhuma obrigação futura, nos termos do Inciso II do art. 95 da Lei 14.133/2021.

8.1.5. A recusa em atender a ordem de fornecimento, no prazo nela estabelecido sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a pena de descredenciamento da empresa

8.1.6. É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente credenciamento

8.1.7. O fornecimento dos materiais será de modo integral conforme ordem de fornecimento

8.1.8. **O prazo de validade dos medicamentos deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses.**

8.1.9. Os quantitativos dos itens serão estimados de acordo com a demanda do Município de Tarumã que surgir durante a vigência deste credenciamento, **não garantindo ao credenciamento, quantitativo mínimo de aquisições a serem realizadas.**

## 9. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO /MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Conforme Termo de Referência.

## 10. DO PRAZO DE CREDENCIAMENTO

10.1. O prazo de vigência do credenciamento será de até 1 ano, podendo ser prorrogado por mais períodos mediante a republicação deste edital.

## 11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A Credenciada ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do fornecimento;
- i) fraudar o procedimento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do procedimento auxiliar;

11.2. A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. multas nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente;

a.1. a multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega.

b) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;



c) multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas neste edital.

11.2.2.1. As multas previstas acima serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

11.3. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Agente competente.

11.4. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pela autoridade competente ou ocupante de cargo equivalente, nos demais órgãos e entidades da administração direta ou indireta.

11.5. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário ou autoridade máxima da entidade, nos demais órgãos e entidades da administração direta ou indireta.

11.6. A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será:

- a) o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por e-mail;
- b) o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;

11.7. No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso a contar da publicação da decisão condenatória no Diário Oficial Municipal.

11.8. Da aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação da decisão no Diário Oficial Municipal.

11.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.9.1. A multa moratória também poderá ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.

11.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

11.10.1. A multa inadimplida poderá, na forma do edital ou contrato, ser descontada de



pagamento eventualmente devido pelo Contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração municipal.

11.11. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.13. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **12. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

12.1. Nos procedimentos auxiliares e nas contratações realizadas pelo Município de Tarumã, serão observadas as determinações que se seguem.

12.2. O Município exige que os credenciados/contratados observem o mais alto padrão de ética durante o procedimento auxiliar e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

12.2.1. "prática corrupta" significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no procedimento auxiliar ou execução do Contrato;

12.2.2. "prática fraudulenta" significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um procedimento auxiliar ou a execução de um contrato em detrimento do Contratante;

12.2.3. "prática conspiratória" significa um esquema ou arranjo entre os participantes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

12.2.4. "prática coercitiva" significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou



indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no credenciamento ou afetar a execução de um contrato;

12.2.5. “prática obstrutiva” significa:

12.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

12.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

12.3. O Município rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

### **13. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO**

13.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

13.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

13.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:

13.4.1. pedido formalizado pelo credenciado, não alcançando as demandas para aquisição já iniciadas;

13.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;

13.4.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

13.4.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

13.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 17.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles



recorrentes.

#### **14. DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. O edital de credenciamento será divulgado na íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, endereço eletrônico [www.taruma.sp.gov.br](http://www.taruma.sp.gov.br) e plataforma da Licitar Digital, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.

14.2. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP.

14.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.4. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.5.1. ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

14.5.2. ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

14.5.3. Fica eleito o foro da Comarca de Assis/SP para dirimir quaisquer questões judiciais advindas do presente Edital.

Tarumã/SP, 21 de março de 2025.

**KARINA FLORIANO THOMAZ**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**

